

## FRUIÇÃO E PERMANÊNCIA EM CENTROS HISTÓRICOS TOMBADOS: UM OLHAR SOBRE PARATY/RJ

**CAMILA DAZZI<sup>1</sup>**

**ORCID – 0000-0002-3246-354X**

**DAVI BASTOS SANTOS<sup>2</sup>**

**ORCID – 0009-0005-3049-5491**

Recebido em 10.08.2025

Aprovado em 05.02.2026

### Resumo

Paraty (RJ) tornou-se, ao longo das últimas décadas, um caso exemplar das ambiguidades da preservação: patrimônio celebrado, mas cidade vivida sob pressões turísticas intensas. Neste artigo, discutimos como a patrimonialização do Centro Histórico – tombado pelo IPHAN e, desde 2019, inscrito na lista do Patrimônio Mundial – convive com barreiras menos visíveis, relacionadas sobretudo à possibilidade de fruição e permanência no Centro Histórico: preços elevados de hospedagem, alimentação e experiências turísticas, reconfiguração de usos do solo e afastamento de práticas culturais locais do circuito central. A análise combina revisão crítica (Bourdieu, Hall, Golçalves, Meneses) com um levantamento de campo realizado entre julho e setembro de 2023 (57 questionários com visitantes e observação direta em diferentes horários e dias). Os dados mostram um público majoritariamente de alta renda, pouca interação com comunidades caiçaras, quilombolas e guarani e avaliações positivas do conjunto arquitetônico, mas com dúvidas sobre “autenticidade” e pertencimento. Em vez de propor dicotomias fáceis, o texto sustenta que ampliar a fruição do espaço a todos passa por ajustar a gestão: integrar turismo e vida

<sup>1</sup> Mestra em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto e Doutora em História da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágios pós-doutorais na Università degli Studi di Napoli e, posteriormente, na Universidade Federal Fluminense. Professora Titular do CEFET-RJ, Brasil. [camila.dazzi@cefet-rj.br](mailto:camila.dazzi@cefet-rj.br)

<sup>2</sup> Graduado em Gestão de Turismo pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), onde atuou como bolsista de Iniciação Científica, Brasil. [davi.santos.1@cefet-rj.br](mailto:davi.santos.1@cefet-rj.br)

cotidiana, reconhecer o papel das comunidades na produção de valor cultural e apoiar experiências de turismo de base comunitária.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Turismo cultural; Gentrificação; Paraty; Comunidades tradicionais.

## **ENJOYMENT AND PERMANENCE IN HISTORIC CENTERS LISTED AS HERITAGE SITES: THE CASE OF PARATY, BRAZIL**

**Abstract:** Over the last decades, Paraty (RJ) has become an exemplary case of the ambiguities of preservation: a celebrated heritage site, yet a city experienced under intense tourism pressures. This article discusses how the patrimonialization of the Historic Center — listed by IPHAN and, since 2019, inscribed on the UNESCO World Heritage List — coexists with less visible barriers, particularly those related to the possibilities of enjoyment and permanence within the Historic Center: high costs of accommodation, food, and tourist experiences; the reconfiguration of land use; and the displacement of local cultural practices from the central tourist circuit. The analysis combines a critical theoretical review (Bourdieu, Hall, Gonçalves, Meneses) with field research conducted between July and September 2023 (57 questionnaires applied to visitors, alongside direct observation carried out at different times of day and on different days of the week). The data reveal a predominantly high-income public, limited interaction with caiçara, quilombola, and Guarani communities, and generally positive evaluations of the architectural ensemble, although accompanied by doubts regarding “authenticity” and belonging. Rather than proposing simplistic dichotomies, the article argues that expanding the enjoyment of heritage spaces to broader sectors of society requires adjustments in heritage management: integrating tourism with everyday life, recognizing the role of local communities in the production of cultural value, and supporting community-based tourism initiatives.

**Keywords:** Cultural heritage; Cultural tourism; Gentrification; Paraty; Traditional communities.

### **1. INTRODUÇÃO**

O patrimônio cultural no Brasil é reconhecido pela Constituição de 1988 como direito de todos e parte do bem coletivo (BRASIL, 1988). Na prática, porém, esse princípio se depara com limites impostos por desigualdades sociais que atravessam a vida cotidiana e o espaço urbano. Em cidades históricas como Paraty, no litoral sul fluminense, a preservação da memória coletiva não ocorre em terreno neutro: junto com os avanços institucionais, emergem tensões ligadas à exclusão social e à apropriação desigual dos bens culturais.

Paraty, tombada pelo IPHAN em 1966 e incluída pela UNESCO na lista de Patrimônio Mundial em 2019, ilustra bem esse dilema. O reconhecimento trouxe visibilidade internacional e novos investimentos, mas também intensificou processos de gentrificação em seu centro histórico. Comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas guarani – que construíram a vitalidade cultural da região – passaram a conviver com deslocamentos, perda de acesso ao território e, em alguns casos, invisibilização de suas práticas. O que deveria funcionar como espaço de integração social muitas vezes se converte em vitrine, apropriada por setores com maior poder econômico e pelo mercado turístico global.

É importante destacar que a exclusão observada em Paraty não se manifesta, necessariamente, por meio da interdição formal ao acesso ao Centro Histórico. Circular por suas ruas, entrar em igrejas ou contemplar o conjunto arquitetônico não exige pagamento. No entanto, a fruição plena desse espaço patrimonial envolve dimensões menos visíveis e profundamente atravessadas por desigualdades econômicas e culturais. Compreender o patrimônio histórico de Paraty pressupõe acesso a formas de mediação cultural – como guias especializados, experiências interpretativas e circuitos de visita –, mas também a possibilidade concreta de permanecer e consumir naquele espaço: hospedar-se no Centro Histórico, frequentar restaurantes, bares, sorveterias, lojas de artesanato e outros estabelecimentos voltados ao turismo. Nesse sentido, embora o acesso físico ao patrimônio seja formalmente aberto, sua fruição e permanência efetivas tendem a se concentrar em visitantes com maior poder aquisitivo. É nesse sentido que as noções de fruição e permanência se tornam centrais para compreender as desigualdades contemporâneas no acesso efetivo ao patrimônio cultural.

O objetivo deste artigo é problematizar o seguinte paradoxo: como um patrimônio consagrado como “bem de todos” pode se transformar em uma fronteira simbólica e

material. Para isso, mobilizo autores como Bourdieu (1983) e Hall (2003), em diálogo com contribuições do campo dos estudos patrimoniais (GONÇALVES, 2007; MENESES, 2007; CHUVA, 2009), cujas reflexões permitem compreender o caso de Paraty em uma chave analítica mais ampla. A partir dessas abordagens, o processo de patrimonialização pode ser entendido não apenas como um ato técnico de preservação, mas como exercício de poder, produção de representações e disputa de sentidos.

A experiência recente da cidade, marcada pela turistificação acelerada e pela criação da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) em 2003, reforça essa ambiguidade. A FLIP projetou Paraty no circuito internacional da cultura, mas também consolidou um modelo de consumo voltado a elites letradas e a um público cosmopolita. Entre a celebração simbólica e a exclusão concreta, Paraty se coloca como um campo de disputas, e é nesse terreno que este estudo busca refletir sobre a democratização do patrimônio e sobre alternativas possíveis, como o turismo de base comunitária.

## **2. PATRIMÔNIO, PODER E IDENTIDADE: REFERENCIAL TEÓRICO**

A compreensão crítica do patrimônio cultural exige reconhecer que ele não se limita a um conjunto de bens materiais ou imateriais preservados em nome da memória coletiva. O patrimônio é, sobretudo, um campo de disputas, como amplamente discutido no campo dos estudos patrimoniais (GONÇALVES, 2007; CHUVA, 2009; ABREU, 2007), no qual diferentes agentes sociais – Estado, mercado, instituições científicas, comunidades locais e organismos internacionais – disputam a autoridade de definir o que deve ou não ser preservado. Nessa perspectiva, ele se configura simultaneamente como campo de disputas e como processo discursivo, uma vez que tais tensões se inscrevem na produção de sentidos, nas seleções e nos silenciamentos que estruturam sua própria definição.

Como discute José Reginaldo Santos Gonçalves (2007), o patrimônio deve ser compreendido como uma construção social continuamente reelaborada, atravessada por disputas simbólicas, processos de seleção e estratégias de legitimação. Essa compreensão aproxima-se das formulações de Ulpiano Bezerra de Meneses (2007), para quem o patrimônio deve ser entendido como uma construção social resultante de processos de seleção, atribuição de valor e legitimação, e não como um conjunto neutro de bens herdados do passado.



Tal perspectiva aproxima-se da concepção bourdieusiana de capital simbólico, segundo a qual o valor de certos bens culturais é determinado por processos de legitimação social, e não por qualidades intrínsecas. Pierre Bourdieu (1983, p. 7) é categórico: “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”. Esse poder invisível está presente nos processos de patrimonialização, em que determinados grupos definem, em nome do interesse público, quais memórias merecem ser cristalizadas. Em Paraty, por exemplo, a chancela da UNESCO e as políticas do IPHAN podem ser compreendidas não apenas como gestos técnicos de preservação, mas como práticas que participam da reconfiguração dos usos do espaço urbano, induzem transformações econômicas e podem contribuir para a reprodução de hierarquias sociais, conforme discutido por autores do campo dos estudos patrimoniais (GONÇALVES, 2007; MENESES, 2007).

A essa dimensão de poder simbólico soma-se, no contexto contemporâneo, a centralidade do turismo como agente ativo nos processos de patrimonialização. Como apontam autores do campo do patrimônio e do turismo, a transformação de bens culturais em “recursos turísticos” implica sua reconfiguração em função de lógicas de consumo, visibilidade e circulação (CHOAY, 2001; PEIXOTO, 2009). Nesse processo, o patrimônio deixa de ser apenas objeto de preservação para tornar-se também produto, inserido em cadeias econômicas que selecionam, enquadram e estetizam determinados elementos culturais em detrimento de outros.

No caso brasileiro, essa dinâmica tem sido amplamente discutida a partir da noção de turistificação, entendida como o conjunto de transformações espaciais, simbólicas e sociais induzidas pela atividade turística (CRUZ, 2007; SANTOS, 2008). Tais processos frequentemente produzem tensões entre valorização cultural e mercantilização, ao mesmo tempo em que redefinem o lugar das populações locais, que passam a ser não apenas portadoras de cultura, mas também parte daquilo que é consumido como experiência.

Já Frantz Fanon (1968), ao analisar os efeitos da colonização sobre a cultura, alerta que a apropriação do passado nunca é inocente. Para ele, a manipulação da memória histórica constitui uma das formas mais eficazes de dominação. Nas palavras do autor: “Cada geração deve descobrir sua missão, cumpri-la ou traí-la. Em países colonizados,

essa missão implica libertar-se não apenas das cadeias materiais, mas também das correntes invisíveis da cultura, que foram transformadas em instrumentos de opressão.” (FANON, 1968, p. 145). Essa reflexão permite iluminar o caso de Paraty, onde comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que são celebradas como portadoras de autenticidade cultural, enfrentam restrições concretas ao acesso a seus próprios territórios e bens simbólicos.

Nesse sentido, as identidades culturais não são fixas, mas construídas em meio a relações desiguais de representação, como nos lembra Stuart Hall (2003). No caso de cidades históricas, essa construção se manifesta em narrativas turísticas que privilegiam a estética da preservação e a experiência do visitante, em detrimento da vivência cotidiana dos moradores. Como afirma o autor, “as identidades culturais não são fixas; elas estão sujeitas ao jogo contínuo da história, da cultura e do poder” (HALL, 2003, p. 17). Isso significa que o patrimônio, em vez de ser um espelho do passado, deve ser compreendido como um processo discursivo continuamente reelaborado segundo interesses hegemônicos.

O conceituado teórico palestino Edward Said (1978), em sua obra *Orientalismo*, evidencia como representações culturais podem funcionar como mecanismos de exclusão. Embora trate do Oriente Médio e do Norte da África, sua reflexão é útil para pensar a América Latina: a exotização de espaços e populações é um recurso que reforça hierarquias coloniais. Said (1978, p. 1) abre seu livro com uma afirmação lapidar: “O Oriente foi quase uma invenção europeia, e tem sido desde a Antiguidade um lugar de romance, de criaturas exóticas, de memórias e paisagens obsessivas.”. Assim como o Oriente no imaginário europeu, Paraty é frequentemente apresentada como “cidade congelada no tempo” – com seu casario banhado pela luz amarela dos postes públicos –, reforçando estereótipos que invisibilizam conflitos sociais e transformam sujeitos em meros elementos da paisagem turística.

Paraty também pode ser compreendida como uma lugar onde diferentes culturas se fazem presentes. Nesse sentido, o conceito de culturas híbridas de Canclini (2008) pode ser aplicado, pois ele nos mostra como a modernidade latino-americana não se constrói em oposição à tradição, mas em sua negociação. Essa ideia permite compreender Paraty como espaço onde convivem, em tensão, o cosmopolitismo da FLIP e as práticas cotidianas das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas. Essa hibridez, entretanto, não deve ser



confundida com harmonia: trata-se de um campo de disputas, no qual diferentes atores buscam impor sua visão sobre o que deve ser preservado e como deve ser consumido.

O sociólogo brasileiro Renato Ortiz (1985), nos ajuda a aprofundar essa perspectiva, ao discutir a relação entre cultura brasileira e identidade nacional, apontando que os discursos de autenticidade frequentemente servem para homogeneizar diferenças regionais e legitimar projetos hegemônicos. De modo semelhante, Meneses (2007) observa que a história cultural do Brasil não pode ser compreendida sem atentar para a tensão permanente entre memória social e interesses econômicos.

Essas discussões convergem para a análise proposta neste artigo: compreender Paraty não apenas como patrimônio material, mas como espaço de produção de sentidos e de reprodução de desigualdades. A partir dessa fundamentação, entende-se que a patrimonialização é um processo atravessado por relações coloniais, de mercado e de poder simbólico, cujas contradições se expressam no cotidiano das práticas turísticas e comunitárias.

Essa compreensão do patrimônio como campo de disputas dialoga diretamente com o campo dos estudos patrimoniais, que o define como uma construção social atravessada por disputas de memória, identidade e legitimidade (GONÇALVES, 2007; CHUVA, 2009; ABREU, 2007). Nesse sentido, o patrimônio não corresponde a um conjunto neutro de bens herdados do passado, mas a um processo contínuo de seleção, no qual diferentes agentes disputam a autoridade de definir o que deve ser preservado, valorizado e transmitido.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa empírica que fundamenta este artigo foi realizada entre os meses de julho e setembro de 2023, período correspondente à baixa temporada turística em Paraty (correspondente ao período de inverno). Esse recorte temporal não é fortuito: a escolha se deu, em parte, pela viabilidade de permanência prolongada no Centro Histórico – condição fundamental para a observação direta do uso cotidiano do espaço patrimonial, dado que, em períodos de alta temporada, os custos de hospedagem tornam essa permanência significativamente mais restrita.

Para além dessa dimensão prática, a baixa temporada revelou-se particularmente adequada aos objetivos da pesquisa. A redução do fluxo turístico permitiu observar o Centro Histórico em uma dinâmica menos saturada, evidenciando de forma mais nítida as formas ordinárias de uso do espaço, bem como as desigualdades na fruição do patrimônio em situações não mediadas por grandes eventos ou picos de visitação. Em vez de captar o território em sua excepcionalidade, buscou-se compreendê-lo em sua regularidade, o que possibilitou analisar como a lógica patrimonial e turística opera no cotidiano, e não apenas em momentos de intensificação. Esse recorte permitiu, portanto, deslocar o foco da análise dos efeitos mais visíveis da turistificação – frequentemente associados à alta temporada – para suas formas mais naturalizadas e persistentes, oferecendo uma leitura mais estrutural das tensões entre patrimônio, turismo e desigualdade social no contexto de Paraty.

Foram aplicados 57 questionários semiestruturados a turistas presentes no Centro Histórico, distribuídos em diferentes horários do dia (manhã, tarde e noite) e em distintos dias da semana (incluindo finais de semana e dias úteis). O número de 57 questionários não foi definido a priori, mas resultou de um critério de saturação empírica compatível com pesquisas de caráter exploratório (MINAYO, 2014). A amostra revelou predominância de turistas pertencentes às classes A e B, majoritariamente provenientes do eixo Rio de Janeiro–São Paulo, com menor participação de visitantes de outras regiões do país e de estrangeiros, como demosntramos no item 5 Análise dos resultados da pesquisa.

Ao longo da coleta, observou-se a recorrência de padrões nas respostas, tanto nas questões fechadas quanto abertas, indicando que o volume de dados já era suficiente para identificar tendências e categorias analíticas relevantes. Nesse sentido, a amostra não busca representatividade estatística, mas diversidade de perfis e consistência interpretativa, em consonância com abordagens qualitativas e mistas.

A amostragem foi intencional e não probabilística, orientada pelo critério da diversidade, de modo a abarcar diferentes perfis socioeconômicos, faixas etárias, procedências geográficas e motivações de viagem, estratégia recorrente em pesquisas exploratórias no campo do turismo (VEAL, 2018; GIL, 2008). O questionário continha 15 questões, mesclando perguntas fechadas (de múltipla escolha e escala Likert) e perguntas abertas, nas quais os participantes puderam expressar percepções subjetivas sobre o acesso, a fruição e as possibilidades de permanência no espaço tombado, a autenticidade da experiência turística e a presença (ou ausência) das comunidades locais.



A escolha por abordar turistas no Centro Histórico deve-se ao fato de esse espaço concentrar os principais fluxos e práticas de consumo patrimonial na cidade, configurando-se como locus privilegiado para observar a relação entre turismo, patrimônio e desigualdades de acesso e fruição. Nesse sentido, a unidade de análise da pesquisa corresponde às percepções de visitantes em situação de uso efetivo do espaço patrimonial, captadas por meio de abordagem direta (intercept survey), realizada in loco, procedimento amplamente utilizado em estudos de turismo para registrar experiências no momento em que ocorrem (VEAL, 2018).

Os dados quantitativos obtidos foram tratados por meio de estatística descritiva, com a construção de tabelas de distribuição de frequência e gráficos que permitiram visualizar os padrões gerais da amostra. Entre os principais indicadores analisados, destacam-se o perfil socioeconômico dos visitantes, a percepção sobre preços de serviços turísticos, o grau de contato com manifestações culturais locais, a avaliação da infraestrutura urbana e a percepção das desigualdades no acesso ao Centro Histórico, o que acaba por impossibilitar que algumas pessoas fruam de modo pleno aquele espaço. Essa dimensão quantitativa possibilitou identificar tendências que, embora não possam ser generalizadas para toda a população de visitantes de Paraty, revelam padrões consistentes de consumo cultural elitizado.

As respostas abertas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), com a categorização de eixos temáticos recorrentes. Emergiram, entre outros, os seguintes temas: (a) percepção da cidade como espaço elitizado; (b) reconhecimento da beleza patrimonial, mas com críticas à ausência das comunidades tradicionais no circuito turístico; (c) desconforto com preços elevados; e (d) demanda por experiências mais autênticas e inclusivas. Essa dimensão qualitativa permitiu compreender de que modo o discurso patrimonial se traduz, no plano das práticas sociais, em percepções concretas de exclusão.

Do ponto de vista epistemológico, a metodologia adotada busca articular o plano empírico e o plano discursivo. O uso do questionário, em sua vertente quantitativa, permitiu registrar regularidades estatísticas, enquanto a análise de conteúdo deu acesso à dimensão subjetiva e simbólica. Essa triangulação metodológica encontra respaldo em Stuart Hall (2003), ao destacar como os sentidos são socialmente produzidos e compartilhados nas

práticas culturais. Também dialoga com Fanon (1968), cuja crítica ao colonialismo ressalta a importância de captar as contradições presentes na fala dos sujeitos colonizados ou marginalizados.

Além disso, a escolha pelo questionário em ambiente urbano e turístico, em vez de entrevistas aprofundadas, deve-se à intenção de captar impressões espontâneas em meio ao uso real do espaço patrimonial. Em outras palavras, buscou-se registrar a experiência “em ato”, no momento de interação com o Centro Histórico, o que se aproxima de abordagens que valorizam a observação da experiência vivida no próprio contexto de sua ocorrência (INGOLD, 2011; PINK, 2007). Tal perspectiva dialoga com uma abordagem fenomenológica que compreende o espaço como prática vivida, e não apenas como construção discursiva (MERLEAU-PONTY, 1999). A limitação evidente é a superficialidade relativa das respostas, mas essa foi compensada pelo esforço de densidade analítica na interpretação.

É importante reconhecer também os limites do recorte: a pesquisa concentrou-se em turistas, não em moradores. Assim, ela evidencia as percepções de quem consome o patrimônio, mas não aprofunda a experiência daqueles que nele habitam cotidianamente. Para suprir essa lacuna, foram mobilizados trabalhos etnográficos já existentes sobre as comunidades locais (Camargo, 2016; Pinheiro, 2014; González Rojas, 2025), de modo a articular o olhar do visitante com a vivência do morador.

A opção por privilegiar os turistas como sujeitos de pesquisa está ancorada na compreensão de que o turismo é hoje uma das principais formas de mediação do patrimônio cultural. Como lembra Meneses (2007), o patrimônio “só existe socialmente quando apropriado”, e essa apropriação, no caso de Paraty, ocorre em grande medida por meio da atividade turística. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter exploratório, voltada à identificação de tendências e padrões interpretativos, e não à generalização estatística dos resultados.

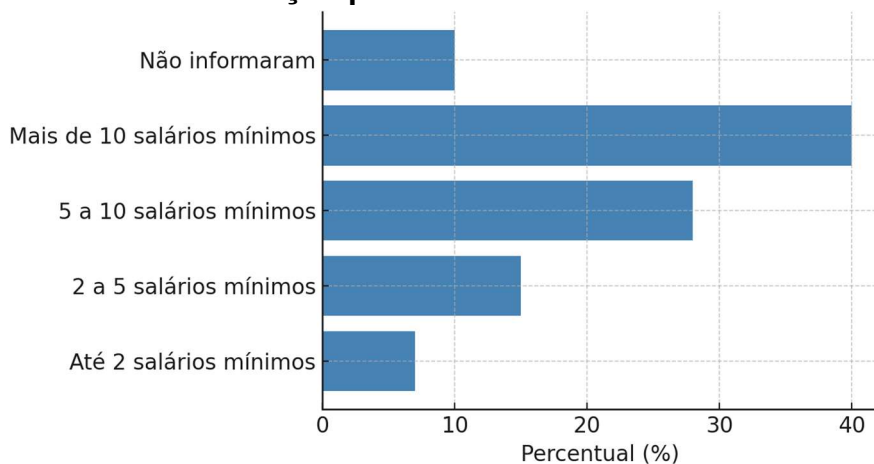
#### **4. RESULTADOS**

A aplicação dos 57 questionários no Centro Histórico de Paraty trouxe pistas valiosas sobre como os visitantes vivenciam e interpretam o patrimônio local. O perfil que emergiu é bastante marcado: a maior parte dos respondentes pertence às classes A e B (68%),

seguida por C (20%) e D/E (12%). Esse dado, à primeira vista simples, tem implicações profundas. Ele revela que, embora Paraty seja celebrada como patrimônio de todos, na prática o acesso e fruição do seu centro histórico turístico está fortemente atravessado por barreiras socioeconômicas.

A procedência dos visitantes confirma esse recorte. A maioria vinha do eixo Rio de Janeiro–São Paulo (62%), seguido por turistas de outros estados do Sudeste e Sul (28%). Norte e Nordeste representaram apenas 6% da amostra, e estrangeiros, curiosamente, apenas 4%, ainda que a cidade figure entre os destinos mais divulgados internacionalmente. É importante considerar que esse perfil pode estar parcialmente relacionado ao período de realização da pesquisa, que não coincidiu com eventos de grande projeção nacional, como a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), capaz de atrair um público mais diversificado do ponto de vista geográfico. Ainda assim, o panorama observado sugere que, fora desses momentos de intensificação cultural, Paraty tende a se configurar sobretudo como destino de elites regionais.

**Tabela 1 – Distribuição por faixa de renda dos visitantes entrevistados**

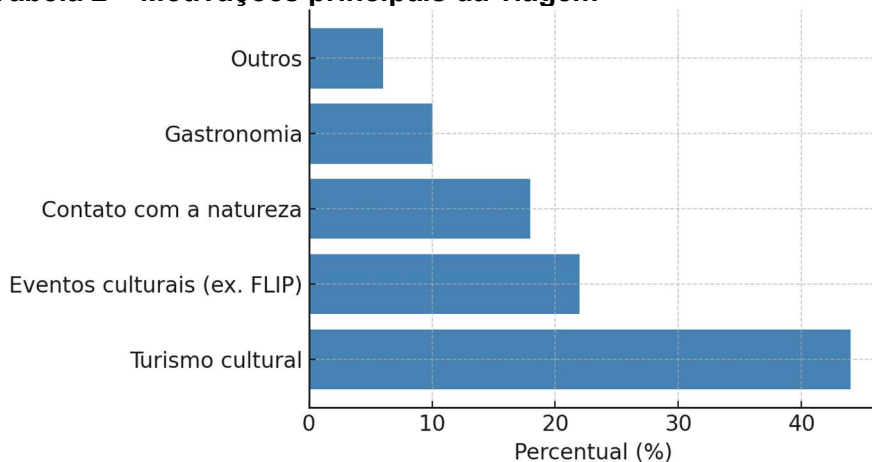


Fonte: elaborado pelo autor.

A relação dos turistas com a cidade também se revelou plural. Para 42% deles, a viagem representava a primeira visita; já 58% já conheciam Paraty, sendo que uma parte significativa desse grupo (22%) declarou participar regularmente da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). Esse dado ajuda a compreender como a FLIP, mais do que

um evento cultural, tornou-se um ritual de pertencimento a uma comunidade letrada e cosmopolita.

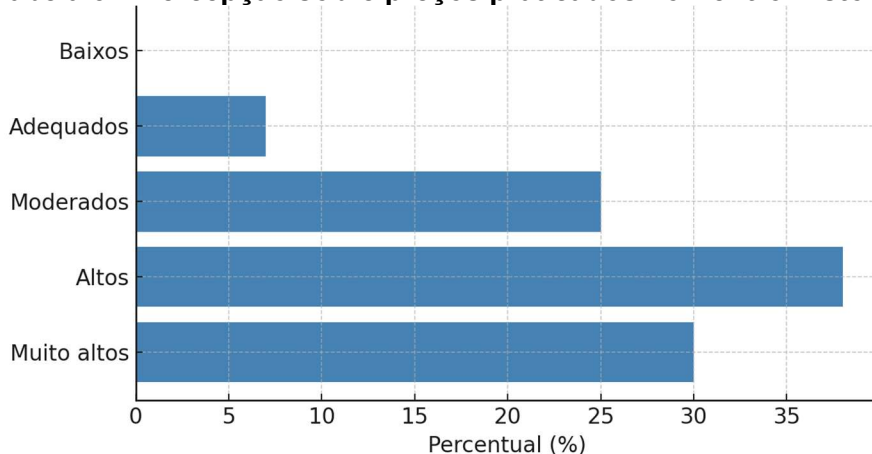
**Tabela 2 – Motivações principais da viagem**



Fonte: elaborado pelo autor.

Outro ponto que se destacou foi a questão dos preços. Para 68% dos entrevistados, os valores de hospedagem, alimentação e atividades culturais foram classificados como “altos” ou “muito altos”. Apenas 7% consideraram os preços “adequados”. A avaliação, feita por pessoas em sua maioria de renda elevada, reforça a percepção de que o Centro Histórico funciona como espaço seletivo. Mais do que limitar o consumo pontual, os altos preços impactam diretamente as possibilidades de permanência no Centro Histórico, restringindo a experiência integral do patrimônio a visitantes capazes de arcar com hospedagens, restaurantes e circuitos turísticos de maior custo.

**Tabela 3 – Percepção sobre preços praticados no Centro Histórico**

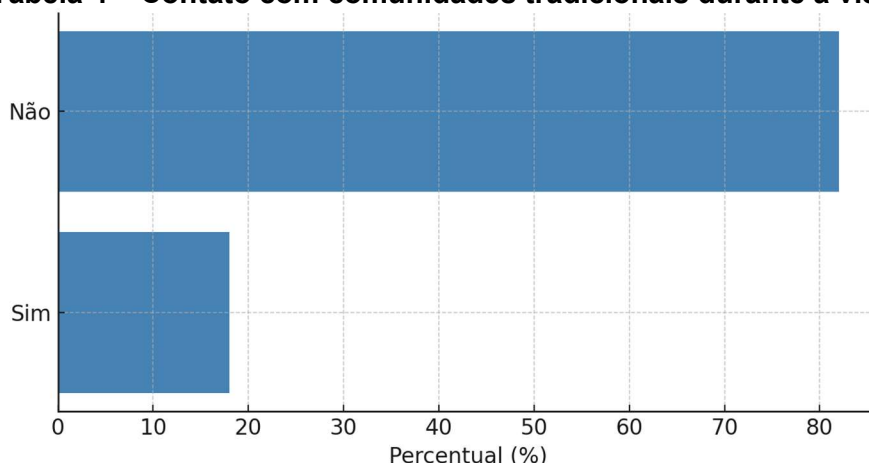


Fonte: elaborado pelo autor.

As falas recolhidas ajudam a dar vida a esses números. Uma visitante de São Paulo, 42 anos, comentou: *“A cidade é linda, mas percebo que tudo é feito para quem pode pagar caro. Isso me faz pensar em como deve ser difícil para os moradores locais aproveitarem desse espaço.”* Já um estudante de 23 anos, que veio pela FLIP, foi direto: *“Os preços me assustaram. Parece que Paraty é feita para poucos, e não para todos.”*

Quando perguntados sobre o contato com comunidades tradicionais, apenas 18% dos turistas relataram alguma experiência direta — geralmente por meio de passeios organizados ou visitas a restaurantes comunitários. A grande maioria (82%) declarou não ter tido contato algum com caiçaras, quilombolas ou indígenas guarani.

**Tabela 4 – Contato com comunidades tradicionais durante a visita**

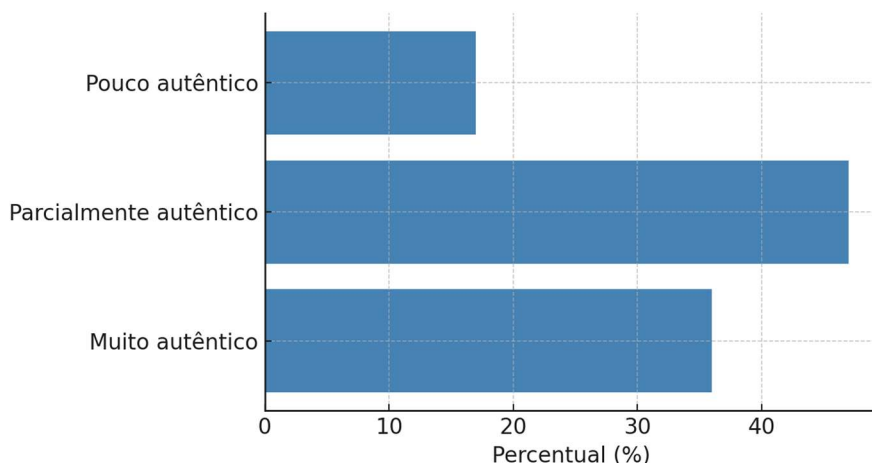


Fonte: elaborado pelo autor.

Uma visitante estrangeira de 35 anos resumiu a sensação: *“Gostaria de ter visto mais da cultura local de forma autêntica. Encontrei muitas lojas e restaurantes sofisticados, mas quase nada que mostrasse a vida real das comunidades.”*

Por fim, a avaliação sobre o Centro Histórico como patrimônio cultural foi amplamente positiva: 91% dos entrevistados o classificaram como “positivo” ou “muito positivo”. No entanto, apenas 36% o perceberam como plenamente “autêntico”; quase metade (47%) o classificou como “parcialmente autêntico” e 17% como “pouco autêntico”.

**Tabela 5 – Avaliação da autenticidade do Centro Histórico**



Fonte: elaborado pelo autor.

Esse dado expressa bem a ambiguidade do lugar. Como disse um visitante carioca de 55 anos: *“É um patrimônio lindo, mas às vezes sinto que estou num cenário montado para turistas. Parece menos uma cidade viva e mais um museu a céu aberto.”*

Esses resultados, em conjunto, apontam para uma contradição central: Paraty é reconhecida mundialmente como patrimônio da humanidade, mas o modo como esse patrimônio é representado e comercializado tende a restringir sua fruição e a permanência no Centro Histórico a determinados perfis de visitantes.

Os resultados obtidos em Paraty não são isolados. Ao contrário, inserem-se em um padrão mais amplo de transformação de cidades históricas em vitrines turísticas, processo que se observa em diferentes países da América Latina e do Caribe. Essa comparação é útil não apenas para identificar semelhanças, mas também para perceber as especificidades de cada caso e os caminhos alternativos — ou não — de gestão do patrimônio.

No Brasil, Ouro Preto (MG) é frequentemente lembrada como pioneira nesse movimento, tendo sido tombada pelo IPHAN em 1933 e reconhecida pela UNESCO em 1980. Ali, a combinação entre especulação imobiliária e concentração das atividades turísticas nos bairros centrais provocou a saída gradual de moradores de baixa renda para áreas periféricas. Como aponta Meneses (2007), construiu-se a imagem de uma “cidade-museu”: ao mesmo tempo em que se valoriza o patrimônio arquitetônico, esvazia-se a vida cotidiana, criando um centro histórico mais voltado ao olhar do visitante do que às práticas dos moradores.



Olinda (PE), tombada em 1968 e também Patrimônio Mundial, segue lógica semelhante, embora com um vetor distinto: o carnaval. Originalmente uma festa comunitária, o evento foi progressivamente apropriado por circuitos de turismo de massa, com aumento de preços e deslocamento de moradores das áreas centrais. Como observa Costa (2007), a contradição é evidente: aquilo que era manifestação popular e inclusiva tornou-se também um produto turístico, muitas vezes inacessível para parte da própria população local.

Casos de fora do Brasil reforçam a dimensão estrutural do problema. Em Cusco (Peru), antiga capital inca e patrimônio mundial desde 1983, o turismo arqueológico transformou radicalmente o espaço urbano. Comunidades indígenas foram deslocadas e práticas culturais reduzidas a performances destinadas ao consumo de visitantes internacionais (Salazar, 2006). Em Cartagena das Índias (Colômbia), inscrita na UNESCO em 1984, a gentrificação se deu com força no bairro de Getsemaní, onde a presença de cruzeiros e hotéis de luxo alterou de modo quase irreversível a composição social, substituindo moradores tradicionais por hostels e restaurantes voltados às elites globais (Medina, 2017).

Havana Velha (Cuba), por sua vez, representa um contraponto. Reconhecida pela UNESCO em 1982, a reabilitação do centro histórico foi conduzida pelo Escritório do Historiador da Cidade com uma proposta de reinvestir parte das receitas turísticas em programas sociais e habitacionais. Pesquisadores como Scarpaci (2000) ressaltam que esse modelo buscou conciliar preservação e inclusão. Ainda assim, não esteve livre de contradições: a dualidade entre turistas estrangeiros, com amplo acesso a bens e serviços, e moradores locais, sujeitos a restrições, revela que as desigualdades se reconfiguram mesmo em experiências consideradas “exitosas”.

Esses exemplos, tomados em conjunto, situam Paraty dentro de um padrão global de patrimonialização: a chancela da UNESCO, embora traga visibilidade internacional e recursos financeiros, tende a reforçar processos de turistificação e elitização. A diferença está na forma como cada cidade lida com esse paradoxo. Havana mostra que é possível desenhar alternativas mais inclusivas, ainda que parciais e frágeis; já Cusco e Cartagena ilustram os riscos da mercantilização extrema.

Paraty, portanto, enfrenta um duplo desafio. Precisa preservar seu patrimônio como valor coletivo e, ao mesmo tempo, evitar que esse patrimônio se reduza a um bem de consumo restrito a elites econômicas e culturais. Mais do que ajustes pontuais, esse cenário exige uma revisão crítica das políticas de gestão, reconhecendo que os processos de exclusão não são meros efeitos colaterais, mas parte estrutural de um modelo que precisa ser tensionado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Paraty como patrimônio nacional e mundial evidencia como o discurso da preservação cultural e ambiental convive com efeitos profundamente contraditórios. Ao mesmo tempo em que a cidade é celebrada internacionalmente por sua autenticidade e diversidade, os dados empíricos revelam dinâmicas de exclusão que restringem o usufruto do Centro Histórico a camadas sociais mais favorecidas. O perfil dos visitantes, majoritariamente pertencentes às classes A e B, bem como a baixa interação com comunidades tradicionais, indicam que o patrimônio, embora formalmente reconhecido como bem coletivo, opera na prática sob lógicas seletivas.

Mais do que reiterar esse diagnóstico, o artigo contribui para compreender o patrimônio como um espaço atravessado por disputas contemporâneas, no qual processos de patrimonialização, turistificação e produção de valor simbólico se entrelaçam. Ao articular revisão teórica e dados empíricos, o estudo evidencia que a experiência turística não apenas consome o patrimônio, mas participa ativamente da sua reconfiguração, selecionando o que se torna visível, valorizado e reconhecido como legítimo. Nesse sentido, o trabalho reforça a necessidade de analisar o turismo não como atividade externa ao patrimônio, mas como um de seus principais mediadores.

Os dados analisados também permitem deslocar o problema para além do diagnóstico da desigualdade no acesso, nas formas de fruição e nas possibilidades de permanência no Centro Histórico, apontando para questões que permanecem em aberto. Se o Centro Histórico de Paraty é amplamente consumido por visitantes de maior poder aquisitivo, em que medida essa configuração resulta apenas de barreiras econômicas, e em que medida ela é produzida por um modelo de patrimonialização e turistificação que seleciona e valoriza determinados públicos em detrimento de outros? Do mesmo modo, se

o turismo atua como principal mediador do patrimônio, cabe perguntar até que ponto ele amplia o acesso ou, ao contrário, reorganiza as formas de exclusão sob novas bases simbólicas e espaciais.

Simultaneamente, é importante reconhecer os limites da pesquisa. O recorte empírico concentrou-se exclusivamente na percepção dos turistas, o que impediu uma compreensão mais aprofundada da experiência daqueles que habitam cotidianamente o território. Ainda que a análise tenha sido articulada a estudos já existentes sobre as comunidades locais, de modo a tensionar e contextualizar os dados obtidos, permaneceu a necessidade de investigações que incorporem diretamente as vozes das populações caiçaras, quilombolas e indígenas, especialmente no que diz respeito às suas estratégias de permanência, resistência e negociação com o turismo.

Nesse sentido, cabe destacar que, em dezembro de 2025, realizamos uma nova pesquisa de campo em Paraty, voltada especificamente ao contato direto com comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras), cujos desdobramentos já resultaram na proposição de uma sessão temática aprovada para o XV Encontro Regional da ANPUH-Maranhão: História, Educação e Patrimônio, que ocorrerá em julho de 2026, bem como na elaboração de trabalhos orais que serão apresentados no decorrer do referido evento. Esse movimento não apenas responde, parcialmente, às lacunas identificadas neste estudo, mas também indica a necessidade de aprofundar a análise a partir das perspectivas dos próprios sujeitos que vivenciam cotidianamente os efeitos da patrimonialização e da turistificação.

Dessa forma, a fim de dar conta de mais uma lacuna, pesquisas futuras podem avançar na realização de estudos qualitativos com moradores e trabalhadores do setor turístico, ampliando a compreensão sobre os impactos da patrimonialização a partir de diferentes perspectivas sociais. Também se mostram relevantes investigações sobre políticas públicas locais e seus efeitos concretos na distribuição de benefícios e na garantia de acesso ao patrimônio.

Por fim, o caso de Paraty reafirma que o patrimônio não pode ser compreendido apenas como herança a ser preservada, mas como espaço vivo, atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e interesses econômicos. Mais do que garantir sua conservação material, o desafio contemporâneo consiste em assegurar sua dimensão

pública e social, de modo que o patrimônio não se restrinja a um cenário para consumo turístico, mas permaneça como lugar de pertencimento, memória e vida.

## REFERÊNCIAS

- AXER, Stéphanie. Turismo cultural: o município de Paraty e a Flip. *Itinerarium*, v. 2, 2009.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, André Loureiro Ribeiro de; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). *Ambiente & Sociedade*, v. 22, p. e02951, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: . Acesso em: 11 mai. 2025.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Paraty (RJ). Disponível em: . Acesso em: 17 maio 2025.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Programa de Cidades Históricas (PCH). Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Comunidade Remanescente de Quilombo do Cabral: Relatório antropológico e informações agroambientais. Paraty, RJ: INCRA, 2016. Disponível em: . Acesso em: 2 jun. 2025.
- CAMARGO, César Pardo Mêo Pompêo. Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá). 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – [s.n.].
- CAMARGO, César Pardo Mêo Pompêo. Territorialidades caiçaras, urbanização e turismo no município de Paraty, RJ. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 6, n. 2, p. 543-562, 2016.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CAPONERO, Maria Cristina; GIRALDI, Rita C.; LEITE, Edson. Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade. *Revista Confluências Culturais*, v. 8, n. 2, p. 42-53, 2019.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, Luciana de Oliveira; CECI – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. As ameaças do carnaval de massa ao patrimônio de Olinda. *Textos para Discussão*, Recife: CECI, 2007. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3128/1/arquivo2307\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3128/1/arquivo2307_1.pdf). Acesso em: 26 set. 2025.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Turismo e território: relações e conflitos*. São Paulo: Contexto, 2007.

CULTUR, Revista de Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus/BA, Brasil. Licença Creative Commons Attribution (CC-BY).

CURY, Isabelle. A evolução urbana e fundiária de Parati do séc. XVII até o séc. XX, em face da adequação das normas de preservação de seu patrimônio cultural. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DE OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 21, n. 29, p. 19-38, 2008.

DIAS, Nathália Caroline. Uma dose “Paraty”: estudo de caso sobre a reinvenção dos significados da cachaça. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONZÁLEZ ROJAS, Liliana. Índios Guarani em Paraty. Paraty – Turismo, Cultura e Natureza. Disponível em: . Acesso em: 02 jun. 2025.

GUILLIOD, Luciana. Paraty e o turismo de base comunitária (TBC). Chicken or Pasta, 27 jun. 2023. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2025.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

INGOLD, Tim. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. London: Routledge, 2011.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

LEMOS JÚNIOR, Waldiney de Oliveira. *O processo de patrimonialização da cidade de Paraty/RJ (1945–1974)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAES, Maria Tereza Duarte. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 23, n. 2, p. 105-118, 2015.

PARATY. *Plano Diretor de Paraty 2023–2033: Tomo 01 – Diagnóstico. Versão 02*. Dez. 2023.

PEIXOTO, Paulo. *Patrimônio e turismo: discursos, práticas e conflitos*. Coimbra: Almedina, 2009.

PEREIRO PÉREZ, Xerardo. Uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife, España): ACA y PASOS, RTPC, 2009. Disponível em: . Acesso em: 22 jul. 2025.

PINHEIRO, Thaís Rosa. Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: um estudo de caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 2014, p. 61-71.

PINK, Sarah. *Doing Visual Ethnography*. London: SAGE, 2007.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.

UNESCO. Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade. Disponível em: . Acesso em: 29 mai. 2025.

VEAL, A. J. *Research methods for leisure and tourism: a practical guide*. 4. ed. Harlow: Pearson, 2018.